

YVES LACOSTE E A GEOGRAFIA: APLICADA OU ATIVA? TESTEMUNHO CRÍTICO, TEXTO E EFEITOS DA INSERÇÃO DO GEÓGRAFO NA “QUERELA DOS MODERNOS E MODERNOS” (1960- 1964)¹

José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior²

RESUMO

Objetiva analisar o testemunho crítico, texto e efeitos da inserção do geógrafo franco-marroquino Yves Lacoste na disputa acerca da natureza da Geografia. Para atingir tal objetivo, restringe-se temporalmente a discussão entre os anos 1960 e 1964, pois estes marcam – respectivamente – a publicação das obras *Géographie et action*, de Michel Phlipponneau (1921-2008), e *La Géographie active*, organizada por Pierre George (1909-2006). Em termos de método, a presente reflexão toma como base uma entrevista concedida por Lacoste, suas memórias, bem como as contribuições analíticas e históricas realizadas pelos agentes em disputa – a exemplo de Phlipponneau e George, bem como aquelas efetivadas pelos observadores do debate – tanto em França quanto no Brasil. George, Kayser e Guglielmo fizeram parte das afinidades eletivas do geógrafo franco-marroquino. A princípio, alguns resultados podem ser mencionados: (1) o embate entre *géographie appliquée* e *géographie active* pode ser interpretado como uma “querela entre modernos e modernos” frente ao desafio anglo-saxão; (2) a inserção de Lacoste na seara da geografia ativa se faz pela mediação do tema subdesenvolvimento; (3) em seu texto, o geógrafo em tela aponta tarefas, importâncias e perspectivas da geografia ativa em países subdesenvolvidos. Será pelo prisma da geografia ativa que Yves Lacoste se engajará em pesquisas no terceiro mundo, bem como entenderá que essa posição, face à geografia aplicada e à Escola Francesa, responde à interrogação “para que serve a geografia?”.

Palavras-chave: Yves Lacoste, *géographie active*, *géographie appliquée*.

ABSTRACT

It aims to analyse the critical testimony, text and effects of the insertion of the French-Moroccan geographer Yves Lacoste into the dispute over the nature of Geography. In order to achieve this objective, the discussion is restricted in time to the years 1960 and 1964, as these mark – respectively – the publication of the works *Géographie et action*, by Michel Phlipponneau (1921-2008), and *La Géographie active*, organised by Pierre George (1909-2006). In terms of method, this reflection is based on an interview given by Lacoste, his memoirs, as well as the analytical and historical contributions made by the agents in dispute – such as Phlipponneau and George, as well as those made by the observers of the debate – both in France and Brazil. George, Kayser and Guglielmo were part of the French-

¹ Esse artigo é um dos resultados da tese autoral intitulada **Descolonização, subdesenvolvimento e terceiro mundo: etapas de formação do pensamento geográfico de Yves Lacoste (1959-1985)** defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA).

² Doutorado (2023) em Ciências – Geografia Humana – pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP). Geógrafo e Professor de Geografia no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal do Maranhão (IFMA – Campus Avançado Porto Franco), jose.ribeirojunior@ifma.edu.br;



Moroccan geographer's elective affinities. At first, some results can be mentioned: (1) the clash between *applied geography* and *active geography* can be interpreted as a “quarrel between moderns and moderns” in the face of the Anglo-Saxon challenge; (2) Lacoste's insertion into the field of active geography is mediated by the theme of underdevelopment; (3) in his text, the geographer in question points out the tasks, importance and prospects of active geography in underdeveloped countries. It will be through the prism of active geography that Yves Lacoste will engage in research in the third world, as well as understanding that this position, in the face of applied geography and the French School, answers the question “what is geography for?”

Keywords: Yves Lacoste, active geography, applied geography.

INTRODUÇÃO

O geógrafo especialista em geopolítica Yves Lacoste é um professor aposentado de Geografia da Universidade Paris VIII. Ele é principalmente conhecido por dois aspectos: a publicação do livro *A geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*, em 1976; e, no mesmo ano, a fundação da revista *Hérodote*. Não obstante, questões relativas ao desenvolvimento e ao terceiro mundo também foram objeto de reflexão do autor tal qual demonstram os seguintes escritos: (1) *L’Afrique du Nord*, de 1957; (2) *Les Pays sous-développés*, de 1959; bem como os capítulos de livros (3) *Les Etapes Historiques de la Constitution de l’Algérie*, de 1960 – publicado na coletânea *L’Algérie, passé et présent*; e (4) *Perspectives de la géographie active en pays sous-développés*, de 1964 – publicado na coletânea *La Géographie active*.

Enquanto objeto de reflexão neste momento, propomo-nos analisar o testemunho crítico, o texto e os efeitos da inserção do referido geógrafo na disputa acerca da natureza da geografia. Ainda que Yves Lacoste seja o nosso foco ele não está sozinho. De um lado, os que enxergavam nos métodos matemáticos a forma eminentemente científica de fazer, ou melhor, aplicar a Geografia: Étienne Juillard (1914-2006), Jean Tricart (1920-2003), André Meynier (1901-1983) e Michel Phlipponneau. A seu lado, estão aqueles que veem a Geografia enquanto uma ciência sócio-histórica: Raymond Guglielmo (1923-2011), Bernard Kayser (1926-2001) e o mestre Pierre George. Em razão disso, optamos por analisar uma parcela da trajetória lacosteano pelo prisma das *afinidades eletivas*. Como explica Sousa Neto (2021, p.5): “Para nós, em termos de método, as afinidades eletivas estão em associar a história da geografia com uma geografia histórica do capitalismo”. Nesse sentido, a geografia histórica do capitalismo – especialmente aquela da descolonização de África e Ásia – imprime na trajetória geográfica de Yves Lacoste um interesse pelas questões do subdesenvolvimento. Tal interesse não se deveu apenas à formação territorial capitalista no terceiro mundo, mas também àquelas afinidades [de

classe de geógrafos subjetivamente pelo geógrafo em tela: George, Tricart, Guglielmo e Kayser – todos foram em algum momento membros do Partido Comunista Francês (PCF).

METODOLOGIA

A presente investigação toma como base: uma entrevista concedida por Yves Lacoste (2022); suas memórias (LACOSTE, 2018); bem como as contribuições analíticas e históricas realizadas – primeiramente – pelos agentes em disputa (GEORGE, 1975 [1964]; PHILIPPONNEAU, 1960), mas também efetivadas pelos analistas do debate (ANDRADE, 2008; BAILLY, 1991 [1984]; CLAVAL, 2014; MOREIRA, 2009; ORAIN, 2009).

REFERENCIAL TEÓRICO

Se, como ensina Vincent Berdoulay (2017 [1981]), a *escola francesa de geografia* respondia ao *desafio alemão*, agora o desafio era sobretudo anglo-saxão. Para uns, os métodos quantitativos eram – rigorosamente – modelos. Para outros, esses mesmos métodos eram objeto de represália ou, no máximo, eram auxiliares. Diversidade, mas também unidade: ambas correntes buscavam romper as limitações pátrias. Ousamos chamar o embate entre *géographie appliquée* e *géographie active* de “querela entre modernos e modernos”, pois ambas as correntes se constituíam na oposição entre elas, mas sobretudo no enfrentamento à “antiga” Escola Francesa de Geografia – de cariz vidaliano

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início dos anos 1960, um debate começava a separar os geógrafos franceses: qual o papel e o perfil profissional do geógrafo? Como lidar com a especialização dos conhecimentos científicos que detém, na qualidade de um dos efeitos, uma prática técnica que enseja nos geógrafos o desejo de *aplicar* os dados fornecidos pela geografia seja a serviço do Estado ou do mercado? A Geografia é uma ciência pura ou uma ciência aplicada?

Jean Tricart e Étienne Juillard criaram na Universidade de Estrasburgo um Centro de Geografia Aplicada. Michel Philipponneau saudou a criação desse centro por ser a “primeira manifestação oficial do interesse que a Universidade [de Estrasburgo] dedica a esta nova orientação da geografia” (PHILIPPONNEAU, 1960, p.8). Novos centros foram criados: Jean Labasse (1918-2002) inaugura um na Universidade de Lyon (MOREIRA, 2009); André

Meynier e Phlipponneau fazem o mesmo na Universidade de Rennes; Louis Papy (1903-1990) e Henri Enjalbert (1910-1983) na Universidade de Bordeaux começaram a ofertar estágios e realizar cursos de geografia aplicada. Além disso, “os Seminários da Universidade de Liège, dirigidos por Omer Toulippe, também ficaram famosos” (ANDRADE, 2008, p.159).

De acordo com Ruy Moreira (2009, p.29), isso acabou implicando “setores de esquerda da geografia francesa” no debate, originando uma controvérsia no seio da comunidade geográfica, em especial “pelo peso da influência da geografia soviética na própria instituição da geografia aplicada”, envolvendo particularmente Jean Tricart e Pierre George. Consoante Ruy Moreira, em 1958, Tricart escrevera um texto intitulado *Existe-t-il une géographie appliquée?* Nesse texto, define-se “a favor de uma geografia aplicada”, mas condenando sua vinculação com “setores empresariais” dado o risco da “perda de identidade” e possível deslegitimação científica “da Geografia e do geógrafo”.

Lá, por exemplo, havia um geomorfólogo muito grande que eu conhecia bem por sinal, que se chamava Jean Tricart. Jean Tricart fez, tinha acordos com empresas, em particular, nas regiões do sudeste, de *Cévennes* onde havia tempestades terríveis e com muita água de inundações etc. E, assim, Tricart era acima de tudo um geomorfólogo e formava alunos para analisar os fenômenos da propagação das inundações e o trabalho que tinha que ser feito em tal e tal lugar. Bem, foi, foi útil, se você quiser, mas George ficou chateado (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Três anos depois, em 1961, Pierre George escreveu um texto homônimo condenando a geografia aplicada. Consoante Paul Claval (2014, p.262), tratava-se para ele “de evitar que a geografia se coloque a serviço de governos liberais ou reacionários, ou que forneçam meios para as empresas terem novos lucros”.

Parcialmente diferente de Ruy Moreira, Lacoste atribui à Michel Phlipponneau e Jean Tricart o feito da introdução da ideia de geografia aplicada. Estes dois professores envolviam e treinavam alguns dos seus alunos em determinadas observações e técnicas geográficas para cumprir contratos oferecidos por empresas comerciais, a exemplo dos primeiros estabelecimentos de supermercados. Isso despertava entusiasmo entre os alunos, que auferiam um pouco de dinheiro e faziam uma geografia totalmente diferente daquela que aprenderam no *lycée* (LACOSTE, 2010).

Tanto Tricart, quanto Phlipponneau, enxergam no desenvolvimento da chamada geografia aplicada – explica André Meynier (1969, p.184) – “a possibilidade de colocar jovens geógrafos no circuito da vida quotidiana”. Para que a pesquisa geográfica progredisse, era preciso formar os geógrafos para além da qualidade de professores de segundo grau, para além do ensino: essa é uma das principais críticas de Phlipponneau (1960). Uma alternativa à essa

formação restrita era essa nova orientação da geografia capaz de apreender o espírito utilitário daquela época. E não só isso. Os trabalhos de geografia aplicada permitiriam também resoluções ágeis e pontuais, além de conferir certa, digamos, utilidade aos geógrafos:

Os usuários precisam de respostas rápidas e precisas, permitindo-lhes escolher entre várias hipóteses. Se os geógrafos não satisfizerem estas necessidades, outros especialistas o farão por eles, outras disciplinas beneficiarão de meios importantes e tenderão mesmo a substituir-se à geografia para a formação dos jovens (PHILIPPONNEAU, 1996, p.274).

Contudo, essa tecnificação, a aplicação de dados geográficos, reduzia a formação dos estudantes a determinados componentes da geografia (geomorfologia, climatologia, hidrologia, etc.). Essa geografia aplicada respondia a interesses efêmeros, procuras ocasionais demandadas por empresas públicas ou privadas. Lacoste sentencia que essa geografia formava geógrafos “completamente incompletos” e demasiados especializados, que encontravam o desemprego tão longo a tarefa demandada terminava.

Porque havia uma polêmica a propósito da geografia ativa. George era totalmente contra a ideia de que os alunos pudessem participar de trabalhos de pesquisa que serviriam para valorizá-los ou protegê-los etc. E havia professores de geografia, universitários, que faziam acordo com tal ou tal grupo, tal e tal companhia, e faziam seus alunos trabalharem recebendo um pouco de dinheiro. Bom, então houve... é... o fato de... o termo “geografia ativa” George o usou contra os colegas universitários que faziam trabalhar os estudantes, mas os estudantes estavam bastante contentes! [risos] bem, sim! Eles ganhavam [épluchaient] um pouco de dinheiro e George não estava contente, ele dizia: “sim, então eles não vão ter uma formação completa, eles vão se concentrar em tal coisa” (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

Pierre George criticou esse método que especializava prematuramente os jovens pesquisadores em detrimento da formação global do estudante de Geografia. Em oposição à especialização, ele propõe *A geografia ativa*, uma espécie de resposta “às propostas de *A geografia aplicada* de Michel Phlipponneau³” (ORAIN, 2009, p.152). Phlipponneau (1960) lamentava que a escola francesa de geografia não tivesse engendrado, em tempo hábil, uma resposta às necessidades do pós-guerra. Se o espírito da época era “utilitário”, se o geógrafo se formava e pertencia à uma sociedade específica, nada mais lógico – conforme o raciocínio de Phlipponneau – de uma geografia utilitária capaz de aplicar, de colocar à disposição da sociedade a experiência e os conhecimentos adquiridos, os dados para sanar os problemas sociais. Num exercício de perspectiva, Phlipponneau (1960) estava incomodado pelo que

³ [...] aux propositions de *La géographie appliquée* de Michel Phlipponneau. Observe-se que o nome correto do livro é: *Géographie et action, introduction à la géographie appliquée*.

chamou de “ciência pura”, ou seja, uma geografia voltada para o ensino. Nesse caminho a geografia francesa morreria lenta e seguramente. Esse fenecer foi interrompido pela nova orientação da geografia.

Não se poderia analisar melhor as características específicas da geografia aplicada. Esta difere da geografia considerada como uma ciência pura, simplesmente porque busca elementos que permitam ao homem de ação tomar uma decisão, pois analisa as consequências previsíveis da aplicação de várias hipóteses sobre um ambiente geográfico (PHILIPPONNEAU, 1960, p.77).

O diagnóstico de Phlipponneau é que a geografia aplicada favoreceria o avanço dos conhecimentos científicos ao mesmo tempo em que reforçava a prática do acadêmico – tornando, logo, a qualidade do ensino melhor. Ademais, essa nova orientação da geografia assegurava a integridade da ciência geográfica que estava ameaçada duplamente: (1) pela especialização inerente e (2) pela invasão das ciências adjacentes (economia, sociologia, etc.). Isso prova que Phlipponneau também estava preocupado com a especialização da Geografia e as consequências correlatas. É preciso reforçar esse aspecto porque tanto Yves Lacoste, quanto Pierre George, pensavam a especialização enquanto uma ameaça à integridade disciplinar. Nesse caso, os três geógrafos estavam mais próximos que afastados. E para combater a ameaça de fragmentação da geografia, Phlipponneau enxergava no planejamento regional um instrumento garantidor da unidade. Apesar das críticas à Escola Francesa, o conceito clássico de região está mantido, ao mesmo tempo em que o planejamento é uma ferramenta modernizadora da análise.

Phlipponneau (1960) constatou que a geografia aplicada correspondia às necessidades da civilização à época. Ele insiste em diversos momentos da sua obra contra a formação tradicional de Geografia na França: voltada para o ensino, os Institutos não estavam aptos para responder as investigações de geografia aplicada – donde a necessidade de criar Centros nas Universidades para esse fim, inclusive com produção de *thèses* nessa área. Até a relação com a história era vista como um obstáculo posto que impedia, parcialmente, o estudante de geografia de obter uma boa formação e estabelecer contatos suficientes com outras disciplinas tão importantes quanto a história.

Orain (2009, p.208) nota uma distinção semântica entre as duas acepções do termo aplicado: a primeira consiste em “considerar a transformação precoce de aprendizes em técnicos especializados”; e a segunda “implica um compromisso do cientista no processo de decisão”. Em todo caso, esses adjetivos – ação, aplicada, ativa – empregados junto ao substantivo



Geografia serviam para potencializar as possibilidades de operação da disciplina (BAILLY, 1991 [1984]).

Não obstante, o temor de Pierre George é mais profundo: teme que a especialização dos trabalhos – consequência de investigações cada vez mais complexas – provoque uma cesura na unidade da geografia, ou seja, ameace a existência unitária da própria ciência geográfica. Essa, relembramos, é uma preocupação também de Phlipponneau.

Sem embargo, para George, a Geografia é uma ciência humana cujo objeto de estudo é o espaço; ela é, também, o resultado e o prolongamento da História. O geógrafo é o historiador do atual e deve aplicar seus métodos próprios para o conhecimento de situações, observadas de um ponto de vista físico e humano, numa abordagem prospectiva. O próprio espaço é uma *situação*, ou seja, resultante de um conjunto de ações que se negam, se regulam ou “se reforçam e sofrem os efeitos de acelerações, freios ou inibição por parte dos elementos duráveis do meio e das sequelas das situações anteriores” (GEORGE, 1975 [1964], p.20). De fato, uma *situação* é um todo articulado que encerra – *inter alia* – elementos econômicos, fatores políticos, arranjos sociais, legados históricos, aspectos físicos.

O geógrafo Georges Viers (1910-1998) raciocina que ao considerar o espaço uma situação, George apodera-se de uma noção mais dialética e fecunda, abandonando a concepção de espaço enquanto um *estado*. Enquanto situação, o espaço seria uma encruzilhada de forças antagonistas que desfazem e remodelam incessantemente a face da Terra. Uma situação não seria apenas um resultado, mas também um “devir condicionado pelo passado e pelo presente” (VIERS, 1966, p.89). O caráter dinâmico das situações torna-se objeto dos estudos geográficos. E o geógrafo, ao colocar em evidência as tendências em presença, oferece à ação e à aplicação diretivas utilizáveis. Assim, a geografia torna-se ativa porque é prospectiva.

A geografia ativa é um trabalho científico e não apenas uma aplicação de dados fornecidos pela geografia ou das ciências auxiliares da geografia. Na visão de Moreira (2009, p.40), “denomina-se geografia ativa à fórmula que os geógrafos de inspiração marxista, Pierre George à frente, dão aos problemas da fragmentação e os criados pela emergência de uma geografia aplicada”. Entre os problemas criados pela geografia aplicada aponta-se a negligência em relação à síntese e a submissão a interesses econômico-políticos conjunturais (estatais e/ou empresariais). Nesse caminho, a geografia arriscava perder sua independência científica. Era preciso responder a esse desafio. A ideia de geografia ativa pertence à Pierre George, mas ele

[...] lançou o termo e depois não sabia muito bem como colocar algo nele. Quando dissemos isso a ele: “Como vamos definir geografia ativa?” Ele havia demandado à três de seus alunos mais próximos, eu, Guglielmo e Kayser, e uma vez nós três fomos

vê-lo e dissemos: “Como vamos definir geografia ativa? Você pode desenvolver um pouco o capítulo introdutório para explicar?”. E ele ficou um pouco... um pouco surpreso... um pouco envergonhado, se você quiser, depois ele nem sabia muito bem que isso... ele anunciou a ideia... ele anunciou a ideia...

Acho que é um título muito bonito! Acho que é um título muito bonito, mas fazer... não acho que possamos fazer... que possamos definir geografia ativa em teoria, porque isso, de fato, responde à questão [...] “para que serve a geografia?”, “Para que serve a geografia?”. Então, pode ser usado para ganhar muito dinheiro [risos]. Isso, ah sim! Permite-nos explorar, valorizar territórios etc. para, em nome de uma empresa etc. Bom, mas se tomarmos a geografia ativa no sentido de que vai servir ao povo isso é muito mais difícil porque, como você sabe, é o povo, são interesses diferentes, são grupos diferentes, classes diferentes (Entrevista com Yves Lacoste, 27/04/2022).

George então reuniu o seu círculo: Raymond Guglielmo, Bernard Kayser e Yves Lacoste. Cada um deles, escreve uma parte do livro. O geógrafo em tela escreve a segunda parte: “perspectivas da geografia ativa em país subdesenvolvido” (LACOSTE, 1975 [1964]); a terceira parte é escrita a duas mãos: “tema de estudo de geografia ativa nos países industrializados”, assinado por Pierre George e Guglielmo (1975 [1964]); a quarta parte, “geografia ativa da região”, é obra de Kayser e George (1975 [1964]). O livro inaugura-se com o escrito do mestre: “problemas, doutrina e método” (GEORGE, 1975 [1964]).

Na avaliação de Lacoste, o texto de Pierre George marca o início de uma grande etapa no desenvolvimento do raciocínio geográfico. Contudo, George não abordou os aspectos concretos da ação do geógrafo, o que torna perceptível o nível de abstração da formulação:

Ele fala ‘do geógrafo’ (e não dos geógrafos) como se esse personagem fosse o único a decidir, a agir. Ele não fala do Estado, nem do seu papel nas decisões cujas consequências geográficas podem ser grandes. Ele não evoca as rivalidades entre os diversos poderes, embora essas rivalidades também tenham consequências na organização de um território. Pierre George critica sobretudo os inconvenientes pedagógicos da geografia aplicada’ na formação dos estudantes. Ele defende, com razão, uma ‘formação geográfica global (LACOSTE, 2018, p.99).

Ele escreve que em relação à parte que lhe coube, retomou vergonhosamente partes do que havia publicado em *Géographie du sous-développement*. Sem dúvida os dois textos guardam bastante semelhanças, mas o fato é que o livro é *posterior* (1965) ao artigo na *Géographie active* (1964). O que o levou à essa confusão? Pode ser que tenha se baralhado com as datas para realizar essa afirmação ou mesmo que tenha escrito simultaneamente o artigo e partes do livro. Ele explica que, provavelmente, não teve tempo (de fazer dois textos fundamentalmente distintos): “Eu provavelmente estava atrasado e os outros também, Guglielmo e Kayser também estavam atrasados”. E Pierre George pressionava-o dizendo ser “absolutamente necessário dar o texto” e que o mesmo deveria ser publicado (Entrevista com

Yves Lacoste, 27/04/2022). De qualquer forma, o livro detém mais fôlego que o artigo publicado. Sem embargo, algumas observações merecem ser efetivadas.

Lacoste observa que uma das tarefas da geografia ativa era ajudar os países subdesenvolvidos a escolher e aplicar as políticas de desenvolvimento que obtiveram sucesso em países distintos. O instrumento conceitual que torna possível a apreensão eficaz – das escolhas e políticas – é o estudo diferencial do terceiro mundo, seja na escala do Estado-Nação quanto na escala regional. Sem embargo, as escolhas e as políticas de desenvolvimento devem estar amoldadas às realidades nacionais.

As experiências do *Mezzogiorno*, da URSS e do Japão são qualificadas por Yves Lacoste enquanto casos de políticas de desenvolvimento muito dificilmente transferíveis para os países subdesenvolvidos. De um modo geral, o desenvolvimento italiano caracterizou-se por uma (1) reforma agrária; (2) construção de benfeitorias – estradas, diques, redes de irrigação, drenagens, adução de água; (3) infraestrutura econômica edificada pelo Estado; e (4) estímulos estatais para implantação de indústrias no *Mezzogiorno*. Guardadas as devidas proporções, o *Mezzogiorno* apresentava o mesmo problema do *Old South* estadunidense. Mas o geógrafo, em nenhum momento, ousa dizer que a Itália meridional e o Velho Sul eram regiões subdesenvolvidas. De qualquer forma, os desequilíbrios setoriais regionais foram alvo de um plano de coordenação de intervenções públicas no *Mezzogiorno* (PONCET, 1968). O geógrafo Jean Poncet (1912-1980), tal qual Lacoste, considerava fundamental a reintegração territorial e setorial do desenvolvimento – do *Mezzogiorno* na Itália. Aliás, Poncet guardava outra semelhança com o geógrafo ora analisado: era um especialista em subdesenvolvimento e fez pesquisas de campo na Argélia, Bulgária, Cuba e Romênia (DRESCH, 1981).

A experiência da URSS põe a seguinte questão: essa nação – outrora subdesenvolvida – iniciou o processo de desenvolvimento nas mesmas condições em um país subdesenvolvido à época (1964)? Certamente, da forma que a questão foi colocada a negativa é pertinente, dada a singularidade/diferença de cada país. Lacoste considera que a Rússia já era uma grande potência no final do século XIX e o que mais o impressiona é o ritmo de industrialização entre 1890 e 1914:

A Rússia já produzia 4 milhões de toneladas de aço, 30 milhões de toneladas de carvão e contava com 8 milhões de operários (contra 1 500 000 operários na China em 1950, para uma população no entanto quatro vezes maior. O crescimento demográfico era

relativamente moderado (1,5% ao ano), e nunca mais intenso do que o progresso econômico (LACOSTE, 1975 [1964], p.118).

Destarte, a Rússia estava numa situação mais favorável à industrialização que os países subdesenvolvidos. Diferentemente dos países do terceiro mundo, o Estado nacional russo era forte; detinha um proletariado mais ou menos numeroso; e apresentava uma riqueza de recursos naturais. Nesse último caso, o geógrafo exemplifica com o solo de terra negra – uma das condições para que a Rússia, em 1914, tenha sido a primeira exportadora mundial de cereais. Tais vantagens russas impediam que a experiência soviética fosse imitável. Sem embargo, uma outra “vantagem” foi decisiva: a revolução socialista de 1917 impediu, ao destruir o poder das minorias privilegiadas, a evolução russa para uma situação de subdesenvolvimento (LACOSTE, 1975 [1964]). Mas o geógrafo não menciona um aspecto categórico: a Rússia Czarista não havia sido colônia.

No caso do Japão, a industrialização foi levada a cabo por uma minoria de privilegiados: um soberano autocrático, senhores feudais e uma aristocracia mercantil-industrial. Assim, “a terra do Sol nascente” – em oposição à Rússia – evoluiu para uma situação de subdesenvolvimento. Lacoste diz que a revolução socialista impediu a Rússia de evoluir para o subdesenvolvimento. Mas como explicar uma pretensa situação de subdesenvolvimento de um país *imperialista*? É bastante questionável qualificar o Japão de um país em situação de subdesenvolvimento porque sua industrialização foi “efetuada sob a égide de uma minoria de privilegiados” (LACOSTE, 1975 [1964], p.119).

O geógrafo não consegue equacionar a contradição *situação de subdesenvolvimento e imperialismo*. Um exemplo disso é que ele reconhece que a economia moderna expandiu no Japão em decorrência da política imperialista. Como um país em situação de subdesenvolvimento pode aplicar uma política imperialista? Ele constata uma contradição: em 1939, o Japão era dono de sólidas estruturas estatais, satisfatórios níveis de saúde e instrução, poderosa indústria, comércio tentacular e hegemonia mundial. Ao mesmo tempo ele detinha uma grande miséria, elevado crescimento demográfico e uma minoria privilegiada (LACOSTE, 1975 [1964]). Ora, mas essa sorte de contradição é típica de qualquer país no qual opere o modo capitalista de produção, e não uma singularidade/originalidade japonesa.

Além disso, aquelas bases técnicas e industriais do Japão imperialista foram um importante fator de recuperação da nação após a derrota na Segunda Guerra Mundial. Aliado a isso contaram: a reforma agrária, a “ajuda” estadunidense e o impulso econômico desencadeado pela Guerra da Coreia (1950-1953). O Japão também reduziu a taxa de natalidade de 35‰ (1947) para 17‰ (1960). Tal redução deveu-se às boas condições sanitárias, escolarização das

crianças e “pela ausência de uma religião natalista” (LACOSTE, 1975 [1964], p.121). Assim, as experiências japonesa, soviética e italiana seriam intransferíveis.

A última experiência analisada por Yves Lacoste é a da China. À época, 1964, parecia mais interessante que a experiência soviética em virtude da repercussão da revolução chinesa no conjunto do terceiro mundo – e esse fato pode ser constatado no texto intitulado “Revolução Chinesa e a Revolução Vietnamita”, do grande líder Ho Chi Minh (2019 [1961]). A China, da mesma forma que a Rússia, liquidou os privilégios da minoria privilegiada e dois fatos foram essenciais para a repercussão do esforço chinês: (1) ela organizou um sistema de desenvolvimento que visava enfrentar os problemas essenciais do subdesenvolvimento; e (2) ela era o único país que realizou progressos consideráveis a partir de uma situação catastrófica (LACOSTE, 1975 [1964]).

A semicolonização não dotou a China de pessoal qualificado ou equipamentos. Ela foi entregue aos procedimentos anárquicos de mercadores, do banditismo e da corrupção estrutural que penetrou nas instituições. O geógrafo chama a atenção para os terríveis efeitos de “vinte anos de guerra civil e estrangeira, em que cinquenta milhões de chineses foram mortos, sem contar aqueles que morreram de fome” (LACOSTE, 1975 [1964], p.122). Mas a vitória da revolução camponesa, dirigida pelo Partido Comunista Chinês, detonou um esforço de desenvolvimento capaz de suprimir os poderes da minoria privilegiada. Isabela Nogueira (2019, p.32) calcula que nos primeiros anos (1949-1952), “a produção industrial e agrícola recuperou os níveis de pico do pré-guerra, com crescimento de quase 50% ao ano na produção de bens de capital e de 30% nos bens de consumo”. O Estado organizou o esforço desenvolvimentista ao planificar a economia num processo global que articulou a agricultura e a indústria (LACOSTE, 1975 [1964]). 600 milhões de camponeses foram mobilizados tanto para a produção agrícola, quanto para a construção de canais de drenagem e irrigação, diques, estradas, pontes, reflorestamento, represas, entre outras. Os dados coligidos pelo geógrafo dão uma dimensão:

Esses esforços tornaram possível, em primeiro lugar, o aumento das superfícies irrigadas, que passaram de 200 a 500 milhões de hectares de 1949 a 1958. A colheita de cereais passou de 110 milhões de toneladas em 1949 a aproximadamente 200 milhões de toneladas em 1957. A partir de 1958, esses trabalhos possibilitaram a redução das consequências de três anos climaticamente muito prejudiciais, que, entre outras coisas, retardaram os grandes progressos que se esperavam. [...] Quanto aos investimentos financeiros, três quartos deles são realizados em benefício da indústria pesada de bens de produção: a quantidade de aço passou de 150 000 em 1949 a 11 000 000 de toneladas em 1959, a do carvão cresceu no mesmo período de 31 milhões a 347 milhões de toneladas. A China deve uma grande parte deste progresso industrial à ajuda técnica e financeira nada negligenciável que lhe forneceu a URSS (LACOSTE, 1975 [1964], p.123).

O geógrafo não nega os problemas do assim chamado Grande Salto Adiante⁴ (1958-1961): secas maltrataram o norte do país; as tempestades de vento devastaram regiões meridionais; a fadiga do povo chinês; más colheitas; a superestimativa das potencialidades produtivas não devia ser negligenciada pelos países subdesenvolvidos. A título de ilustração, “a produção de cereais em 1962 é do mesmo nível que a de 1957, ou seja, 190 a 200 milhões de toneladas” (LACOSTE, 1975 [1964], p.129-130). A seu ver, a originalidade e o motor essencial do desenvolvimento chinês foram as políticas de investimento em trabalho. A questão é: os países subdesenvolvidos teriam condições de efetuar esse investimento em trabalho na mesma amplitude? Mais uma vez, da forma que Lacoste coloca a questão a resposta só pode ser negativa, não só porque a China havia passado por uma revolução agrária e detinha um Estado organizador do processo industrial, mas também pela amplitude da massa humana que poderia ser mobilizada para buscar liquidar o subemprego: à época, a China tinha “700 milhões de habitantes” (LACOSTE, 1975 [1964], p.124). E, relembremos, 600 milhões de camponeses foram mobilizados.

O geógrafo aponta que também contribuíram para o esforço de desenvolvimento chinês a laboriosidade do povo; a coletivização da terra, a criação de comunas⁵ e cooperativas socialistas e a experiência dos dirigentes do Partido Comunista. As comunas populares reagrupavam as cooperativas socialistas e traduziam a criação de unidades de até 50 mil habitantes, ao mesmo tempo em que instituía uma vida comunitária. Eram organismos autônomos que açambarcavam funções agrícolas, artesanais, industriais e militares, utilizando o máximo possível de trabalhadores. As comunas viabilizavam o recrutamento de um grande efetivo de trabalhadores tanto para as obras de infraestrutura agrícola, quanto industrial.

Mas nem tudo eram flores: Lacoste lembra que colheitas foram comprometidas por sementeiras tardias, algumas estragaram; os camponeses queixavam-se da gestão burocrática, na qual não podiam controlar o produto do trabalho. Além do que o Estado recolhia as rendas agrícolas para aplicar no esforço de industrialização. Como as colheitas não aumentaram, os camponeses sentiam ainda mais o peso do fisco. Para contornar esse problema, o Estado chinês dividiu em brigadas as comunas. As brigadas correspondiam “às antigas cooperativas da aldeia, as quais voltam a ser a unidade de trabalho e readquirem a propriedade das terras, dos meios de

⁴ “A grandiosa campanha de modernização, com forte ênfase na indústria pesada, especialmente na produção de aço, e com acelerada coletivização forçada da produção agrícola” (NOGUEIRA, 2019, p.35).

⁵ Tais instituições reagrupavam as cooperativas socialistas que correspondiam às aldeias. Traduziam também a criação de unidades sociais de até 50 000 habitantes e a instituição de uma vida comunitária (LACOSTE, 1975 [1964]).

“cultura e das colheitas” (LACOSTE, 1975 [1964], p.131). A indústria passou também a ser orientada para a produção de tratores, adubos, bombas, etc.

Lacoste também atenta para o contato estreito que se formou entre o povo, o exército e o partido. O Partido Comunista também foi responsável por mobilizar dois grandes fatores do desenvolvimento nacional: o movimento camponês e o sentimento nacional. Contribuiu para essa mobilização a antiguidade e a solidez do fato nacional chinês – especialmente quando comparado com países do terceiro mundo, a exemplo da Argélia que Lacoste e Prenant haviam estudado 08 anos antes durante a Guerra. Ademais, o Estado chinês era centralizado e bastante coeso etnicamente, o que o diferenciava de alguns países africanos – donos de uma notória diversidade étnica – a exemplo da Nigéria.

Portanto, o geógrafo não vê possibilidade de mimetizar o sistema de desenvolvimento chinês nos países subdesenvolvidos. E aqui o trabalho da geografia ativa é importante para desmistificar as possíveis imitações do esforço chinês, assim como por tornar possível a correta apreensão da realidade e a conseqüente contribuição com o fito de construir sistemas de desenvolvimento ajustados às particularidades nacionais e às potencialidades correlatas. Mesmo assim, o geógrafo enumera 12 ensinamentos válidos da experiência chinesa para com o terceiro mundo: (1) condições políticas de organização do esforço desenvolvimentista; (2) supressão dos poderes das minorias privilegiadas; (3) experiente partido político em contato com as massas do campo; (4) participação da população; (5) a população camponesa passível de tornar-se revolucionária; (6) o aumento da população urbana pode dificultar o investimento-trabalho; (7) um modelo de desenvolvimento que toma a agricultura como base e a indústria enquanto fator dirigente, assim como a utilização de métodos modernos e técnicas tradicionais; (8) ajuda externa financeira e técnica; (9) coletivização agrícola; (10) criação progressiva de estruturas socioeconômicas aptas a serem transformadas e ampliadas; (11) mobilização das massas; e (12) eficácia da política de investimento em trabalho (LACOSTE, 1975 [1964]). Assim, ele nota que o sistema de desenvolvimento levado a cabo pela China poderia ser dissociado dessa mesma experiência, isto é, os países subdesenvolvidos poderiam extrair desses princípios gerais “*uma perspectiva de ação que se abre para várias soluções particulares concretas*” (LACOSTE, 1975 [1964], p.129).

As dificuldades que a China enfrentou punha em relevo o perigo da superestimação do subemprego e das possibilidades da população no âmbito da política de investimento em trabalho. E nesse aspecto a geografia ativa poderia oferecer uma colaboração fundamental ao capturar as potencialidades da força de trabalho assim como os aspectos do subemprego numa determinada região. Estudar o subemprego – tanto em sua dimensão quantitativa, quanto

qualitativa era essencial pois, conforme o geógrafo, Ragnar Nurkse havia demonstrado em *Problemas de formación de capital en los países insuficientemente desarrollados*⁶ que um dos mais eficazes motores dos sistemas de desenvolvimento era a utilização das massas subempregadas. Para ilustrar a importância de conhecer bem o subemprego, Yves Lacoste lança mão de dados extraídos de Gabriel Ardant (1906-1977), particularmente sua obra *Le monde en friche* (1959):

[...] os operários agrícolas são empregados em média 289 dias por ano na Índia Ocidental e 181 dias na Índia do Sul. Nas Filipinas, na Tailândia, no Egito, o cultivador trabalharia seis meses por ano. O subemprego foi avaliado a 50% da população agrícola total dos países do Oriente Médio; 40% da mão-de-obra estaria desempregada em Porto Rico (LACOSTE, 1975 [1964], p.134).

A tarefa da geografia ativa nesses países subdesenvolvidos seria justamente captar tais particularidades, tais diferenças, levando em consideração desde a densidade demográfica até os setores econômicos nos quais se processam o subemprego. Esse subemprego é agrícola e/ou industrial? Quanto tempo dura essa situação? Em qual país essa situação se desenrola? São exemplos de questões que os geógrafos deveriam estar em alerta. Desse modo, cada realidade implica uma política específica de investimento-trabalho, vez que o subemprego era difuso, extenso e polimorfo (LACOSTE, 1975 [1964]). Ademais, Renée Rochefort (1924-2012) havia constatado um fato importante. Na sua obra *Le travail en Sicile*, Rochefort havia demonstrado a ambiguidade e imprecisão da noção de trabalho nos países subdesenvolvidos, visto que ali trabalho, não-trabalho, subemprego e emprego podem ser confundidos de maneira fácil. Consequentemente, para o geógrafo, o correto conhecimento do subemprego estaria assentado numa pesquisa global da diversidade estrutural do trabalho e do não-trabalho (LACOSTE, 1975 [1964]).

Em termos de procedimento metodológico, percebemos Yves Lacoste devedor da Escola Francesa de Geografia. Isso porque a contribuição da geografia para o estudo do subemprego é mediada pela produção das *monografias*. O objetivo dessas monografias eram dois: (1) realizar um balanço dos aspectos globais da dimensão do trabalho e (2) preparar um inventário das possibilidades que tornarão possível a valorização das massas subempregadas. Ao lado do agrônomo, o geógrafo elaboraria um balanço dos recursos desperdiçados. Sem embargo, este se diferencia daquele – mas também do sociólogo, do demógrafo, do etnólogo – porquanto sua tarefa seja a “generalização espacial dos dados desses inquéritos que só

⁶ Tradução de Martha Chávez. México: Fondo de Cultura Económica, 1955 [1953].

abrange as áreas limitadas e coletividades restritas” (LACOSTE, 1975 [1964], p.135). Assim sendo, um primeiro passo do estudo era a produção de monografias seguidas de um balanço global que abarcasse não apenas as regiões, mas sim o país subdesenvolvido como um todo. Um exemplo dessa perspectiva seria a já citada obra de Renée Rochefort, considerada pelo geógrafo como “uma das melhores obras consagradas a um país subdesenvolvidos”; “precursora da geografia ativa”, bem como demonstração concreta da “eficácia da análise e da síntese geográfica no quadro dos problemas do subdesenvolvimento” (LACOSTE, 1975 [1964], p.136-137).

Todo o artigo da geografia ativa é voltado para culminar numa reflexão acerca do papel do geógrafo na organização do desenvolvimento. Ele distingue três tarefas: (1) a organização do investimento trabalho; (2) o estudo dos meios climáticos; e (3) a colaboração do geógrafo e do agrônomo. A primeira tarefa não guarda muito mistério: depois de considerar a diversidade de formas de subemprego e suas variações regionais e sazonais, cabe implantar políticas específicas de combate utilizando a força de trabalho com métodos simples, isto é, intensivos em trabalho e sem investimento financeiro relevante. Por esse caminho a produção é elevada, o nível de vida aumenta e a poupança feita pode ser investida em outros setores. Na cidade, Lacoste enxerga na *industrialização* uma possibilidade de reabsorção do subemprego.

Nas regiões mineiras, o risco seria aumentar substancialmente as produções exportadoras. Risco porque poderia saturar rapidamente o mercado com determinado tipo de produto. Daí a orientação adequada no caminho da diversificação das culturas comerciais e ampliar as culturas de víveres. Nas zonas subpovoadas – a exemplo dos campos – a dificuldade repousava na mobilização da força de trabalho em grupos grandes e homogêneos. O inverso se processava nas regiões bastante povoadas: separar parte da população sem que as colheitas sofram redução. Assim, a política de investimento-trabalho deve combinar a mobilização da mão-de-obra e uma reorganização das operações culturais – cujo objetivo é não gerar uma escassez de operários agrícolas.

Mais quais seriam os trabalhos cujos investimentos deveriam ser objeto de uma política? Primeiramente, um investimento em instrução e formação profissional. A instituição escolar absorveria parte do subemprego ao retirar as crianças das atividades produtivas. Em segundo lugar, aumentar a produção agrícola a partir da complementação de dois tipos de trabalhos. Os pequenos: adução d’água, caminhos, escolas, pequenos diques e canais, poços, restauração pedológica; e os grandes: canais, diques e represas – com vistas a evitar secas e inundações. Os diques e canais, em particular, viabilizam o cultivo de áreas inexploradas ou descuidadas (LACOSTE, 1975 [1964]).

Embora negue ter sido maoísta, o texto de Lacoste é bastante simpático⁷ (se é que podemos usar essa expressão) à experiência comunista chinesa – em especial quando pensamos que ele já havia quitado o PCF (1956) e, conseqüentemente, o assim chamado marxismo soviético. Ele tinha ficado “muito surpreso na China após a aparição do Partido Comunista chinês” que, em seguida, “começa o progresso considerável” salvo as “bobagens que Mao tinha feito impedindo os camponeses de fazer a colheita, fazer a cultura, para construir os pequenos fornos” uma invenção de Mao para fazer a “ligação entre a indústria e o campesinato”. Ele achou “muito bom,” mas “se percebeu muito rapidamente que, impedindo os camponeses de fazer os trabalhos agrícolas, isso havia provocado uma fome considerável” (Entrevista com Yves Lacoste, 21/07/2022).

É necessário dizer que da forma como Lacoste coloca o problema parece que toda culpa da fome repousava sobre a batuta de Mao Tsé-Tung. Isabela Nogueira (2019) matiza melhor essa questão ao apontar uma multiplicidade de fatores que se estendem desde os aspectos políticos – o sistema de comunas – até os naturais, a exemplo das inundações. Essa combinação de fatores é o que ocasionou a chamada Grande Fome entre 1959 e 1961 – evento que, provavelmente, Lacoste faz alusão – e ceifou a vida de 20 milhões de acordo com fontes ocidentais.

Tanto em 1959 quanto em 1960, cerca de 800 milhões de *mu*, ou metade da área cultivável da China, foi afetada por fortes inundações. E 1960 é, também, o ano da saída soviética e do conseqüente fim da ajuda técnica e do apoio industrial. No conjunto, a coletivização forçada da agricultura, as metas irrealistas de produção industrial (inclusive para as zonas rurais), a excessiva ênfase na indústria pesada, o medo de autoridades locais reportarem falta de alimentos, e as campanhas nacionais desastrosas, como os altos-fornos de quintal (que também tiraram os agricultores das suas funções básicas e os colocaram parte do tempo produzindo aço), deixaram o campo chinês totalmente desestruturado e tiveram radical impacto negativo para a produção agrícola. Entre 1958 e 1960, a produção de alimentos caiu de 200 milhões de toneladas para o piso de 143 milhões, só ultrapassando o nível de 1958 oito anos depois (NOGUEIRA, 2019, p.41).

Assim, acompanhando os dados fornecidos por Nogueira (2019), foi no período de Mao Tsé-Tung que 300 milhões de camponeses se beneficiaram com reforma agrária; a produção agrícola cresceu 3,6% ao ano entre 1952-1955; a área irrigada saltou de 16 milhões de hectares (1952) para 23 milhões (1957) – um crescimento de 7,5%; a produção de alimentos básicos

⁷ Tal qual qualificou o professor doutor Breno Viotto Pedrosa em **Entre as ruínas do muro: a história da geografia crítica sob a ótica da ideia de estrutura**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, 2013. 361f.

creceu 30% sob o regime maoísta; e até a produção de fertilizantes saltou de 0,65 milhões de toneladas (1963) para 7,23 milhões de toneladas (1972).

Para Lacoste, a centralidade do campesinato é fundamental: “uma das condições do sucesso de uma política de investimento-trabalho”, ele escreve, “é a eficácia das estruturas que devem garantir a mobilização e a organização das massas rurais subempregadas” (LACOSTE, 1975 [1964], p.143). E a adesão dos camponeses era decisiva para a “eficácia das estruturas”. Essa adesão dos camponeses seria alcançada através dos seguintes requisitos:

1º) que a reforma agrária tenha sido realizada e que a coletivização não tenha provocado descontentamento generalizado; 2º) que a unidade de trabalho onde ele está integrado seja formada de pessoas com as quais ele reconhece ter uma direta e real comunidade de interesses; 3º) que os resultados do trabalho que ele executa se inscrevam concretamente no quadro geográfico que lhe concerne diretamente e que ele reconhece; 4º) que ele se sinta diretamente beneficiário desses trabalhos a curto ou longo prazo (LACOSTE, 1975 [1964], p.143).

A unidade de base do desenvolvimento era a equipe de trabalho que combinava trabalhos agrícolas e de construção, ou seja, camponeses e construtores. Mas a constituição dessas unidades colocava problemas de três ordens: (1) econômica, (2) sociológica e (3) geográfica. O problema econômico diz respeito ao fato de que cada unidade de base deveria crescer de modo diretamente proporcional à produção, assim como ampliar os meios de trabalho; o problema sociológico era aquele relativo à possível utilidade que as instituições – a exemplo da ajuda mútua coletiva – das organizações tribais ou aldeãs podem ter; e o problema geográfico trata das relações entre a extensão espacial e conteúdo demográfico (LACOSTE, 1975 [1964]).

Além disso, os trabalhos de infraestrutura deviam considerar o calendário agrícola e sua relação com os fenômenos climáticos. Uma das tarefas do geógrafo era ajudar na escolha racional da localização de centros administrativo, político e comercial. Os centros tem um papel estruturador nos espaços organizados em dimensões pequenas. E é partir deles que o poder central poderia intervir. Isto de duas maneiras: (1) ações administrativas e políticas; e (2) ações destinadas a iniciar o desenvolvimento regional. Lacoste defende a elaboração de um *mapa de intervenção*, onde devem ser indicadas, regionalmente, a natureza das intervenções, importância, nível de urgência e os centros. Com as intervenções efetuadas, a unidade de base de desenvolvimento ativa os mecanismos de investimento em trabalho cujo objetivo era, essencialmente, “intensificar e diversificar a produção agrícola” (LACOSTE, 1975 [1964], p.146). E nesse caso, o agrônomo e o geógrafo desempenham tarefas importantes. A tarefa do agrônomo é tripla: (1) examinar as potencialidades naturais num território dado; (2) produzir o

balanço das técnicas que as populações possuem; e (3) organizar o programa de transformações e inovações. Por sua vez, a tarefa do geógrafo nesse momento seria participar do estudo do meio climático⁸.

Rochette (1965) lamenta o que ele qualificou de uma omissão sintomática. Se os conhecimentos basilares são insuficientes, a tarefa do geógrafo seria trabalhar sobre o conhecimento total, incluindo o meio físico. Lacoste teria omitido, segundo Rochette, o meio físico. O estudo geomorfológico da região seria necessário com a perspectiva de mostrar a incidência sobre a atividade humana, as possibilidades e limitações no âmbito de um desenvolvimento integrado.

Finalmente, caberia ao geógrafo a generalização espacial de *monografias* que dessem conta das análises agronômicas e climatológicas. A geografia ativa teria um a importância fundamental já que o esforço de desenvolvimento caminharia *pari passu* à transformação de realidades geográficas. Entende-se, portanto, qual é a perspectiva da geografia ativa em países subdesenvolvidos: no raciocínio de Lacoste (1975 [1964]), ela era a possibilidade de ultrapassar a etapa contemplativa de uma geografia cuja razão de ser calcou-se na observação e na explicação das combinações efetivadas na superfície terrestre entre a natureza, a história e a ação humana. O profissional de geografia ultrapassa essa etapa ao contribuir com a organização de combinações geográficas que tivessem como horizonte a realização do desenvolvimento nos países do terceiro mundo.

Yves Lacoste (2018) não ficou satisfeito com o resultado (do seu texto) pois até aquele momento não tinha uma experiência concreta do que poderia ser o papel do geógrafo no campo. Ele diz que o único campo onde pode conceber uma operação de geografia ativa foi a Cabília – naquele momento (1964), devastada pela Guerra da Argélia (1954-1962). Sem embargo, estava dado mais um passo importante na carreira e no pensamento dele. Será pelo prisma da *geografia ativa* que as situações de (sub)desenvolvimento serão analisadas, criticadas e concebidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo de uma parcela da obra de Yves Lacoste permitiu-nos evidenciar a importância (1) da querela entre a *géographie active* e a *géographie appliquée*; (2) a importância do tema

⁸ Cabe destacar uma curiosidade: a seção “o geógrafo e o estudo dos meios climáticos” não foi escrita por Yves Lacoste, mas sim por François Durand-Dastès – Professor Assistente da Universidade de Paris à época (1964).

subdesenvolvimento; e (3) quais são as tarefas, importâncias e perspectivas da geografia ativa nos países subdesenvolvidos.

É salutar ressaltar que a parte ora analisada da produção bibliográfica de Yves Lacoste é resultado de duas dimensões conjuntas: (1) as disputas intelectuais-institucionais no seio da Geografia francesa (direções epistemológicas, escolhas teóricas e metodológicas); e (2) as questões candentes do mundo após Segunda Guerra Mundial – notadamente, o subdesenvolvimento.

Os efeitos da inserção do geógrafo na “querela entre os modernos e os modernos” será longo e duradouro. É no espírito da geografia ativa que ele atravessará o período que vai de 1966 até 1975 – às vésperas das publicações mais decisivas de sua carreira. Ademais, sua filiação à geografia ativa, por oposição à geografia aplicada, encontra no trabalho de campo um argumento a favor. Nesse sentido, as sendas do sobredito período espacializaram-se nas pesquisas de campo que ele leva a cabo no terceiro mundo: em Alto Volta (1965), os problemas de desenvolvimento agrícola e a luta contra a oncocercose; em Cabul (1967), alguns problemas do Afeganistão são estudados: o crescimento demográfico, o fato urbano, as favelas; em Cuba, participará de um Congresso Cultural (1968) e reflete sobre as estratégias em torno de *Sierra Maestra*; no Vietnã (1972), os horrores dos bombardeamentos dos diques do rio Vermelho. África, América Latina e Ásia: em cada continente uma intervenção, uma ação, um tipo de engajamento. Serão essas experiências concretas que, somadas ao maio de 1968 em Paris, fornecerão o substrato para sua primeira reflexão epistemológica sobre a Geografia.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia. **Geografia: ciência da sociedade**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008.

BAILLY, Antoine S. La géographie appliquée. In : BAILLY, Antoine et al. **Les concepts de la géographie humaine**. 2^o édition. Paris : Masson, 1991 [1984], p.227-231.

BERDOULAY, Vincent. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual**. Tradução de Oswaldo Bueno Amorim Filho. São Paulo: Perspectiva, 2017 [1981; 1995].

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Tradução de Margareth de Castro Afeche Pimenta, Joana Afeche Pimenta. 2^aed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014.

DRESCH, Jean. Jean Poncet (1912-1980). In: **Annales de Géographie**, t. 90, n^o502, 1981, p. 732-733.



- GEORGE, Pierre. Problemas, doutrina e método. In: GEORGE, Pierre et al. **A geografia ativa**. 4ªed. Tradução de Gil Toledo et al. São Paulo: DIFEL, 1975 [1964], p.9-40
- LACOSTE, Yves. Perspectivas da Geografia ativa em país subdesenvolvido. In: GEORGE, Pierre et al. **A geografia ativa**. 4ªed. Tradução de Gil Toledo et al. São Paulo: DIFEL, 1975 [1964], p.43-153.
- LACOSTE, Yves. **La géopolitique et le géographe** : entretiens avec Pascal Lorot. Paris : Choiseul, 2010.
- LACOSTE, Yves. **Aventures d'un géographe**. Paris : Équateurs, 2018.
- LACOSTE, Yves. **Entrevista** concedida à José Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior. Transcrição de Priscila Junglos. Paris, 21 de julho de 2022.
- MEYNIER, André. **Histoire de la pensée géographique en France**. Paris : Presses Universitaires de France, 1969.
- MOREIRA, Ruy. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2009.
- NOGUEIRA, Isabela. Acumulação, Distribuição e Estratégia sob Mao: Legados do maoísmo para o desenvolvimento da China. **Rev. Carta Inter.**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 2019, p. 27-51.
- PHLIPPONNEAU, Michel. **Géographie et action**. Introduction à la géographie appliquée. Paris : Librairie Armand Colin, 1960.
- PHLIPPONNEAU, Michel. La commission de géographie appliquée et le développement des applications de la géographie. In : ROBIC, Marie-Claire ; BRIEND, Anne-Marie ; RÖSSLER, Mechtild. **Géographes face au monde**. L'Union Géographique Internationale et les congrès internationaux de géographie. Paris : L'Harmattan, 1996, p.271-282.
- PONCET, Jean. La géographie et la lutte contre le sous-développement : Mezzogiorno et Tunisie. In : **Annales de Géographie**, t. 77, n°419, 1968, p.64-80.
- ORAIN, Olivier. **De plain-pied dans le monde** : écriture et réalisme dans la géographie française au XX^e siècle. Paris : L'Harmattan, 2009.
- ROCHETTE, René. La géographie active, d'après P. George, R. Guglielmo, B. Kaiser et Y. Lacoste. In : **Revue de géographie alpine**, tome 53, n°3, 1965. pp. 491-497.
- SOUSA NETO, M. F. Afinidades eletivas ou crítica a uma história da geografia sem classe(s). **Geosp**, v. 25, n. 1, 2021, p. 1-6.
- VIERS, Georges. La géographie active : P. George, R. Guglielmo, B. Kayser et Y. Lacoste, La Géographie active. In : **Revue géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest**, tome 37, fascicule 1, 1966. pp. 88-91.